Proteção do consumidor

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O Consumer Protection (Fair Trading) Act 2003 (a lei de Singapura de proteção do consumidor) confere aos consumidores remédios contra fornecedores que adotam práticas desleais, incluindo declarações enganosas, o aproveitamento da incapacidade do consumidor de compreender a transação e as práticas específicas enumeradas no Segundo Anexo (Second Schedule).[1] Consumidor é a pessoa física que adquire bens ou serviços de outra forma que não exclusivamente no curso de uma atividade empresarial, o que abrange o cliente de varejo de cripto. O alcance prático da lei é limitado pelo teto de S$ 30.000 para as ações propostas com base nela nos Small Claims Tribunals (juizados de pequenas causas) e pela exclusão dos produtos financeiros regulados por determinadas leis administradas pela MAS.[2]

Mais importantes na prática são as regras de conduta da Monetary Authority of Singapore (MAS) para prestadores licenciados, que proíbem a concessão de crédito a clientes de varejo, incentivos e certas formas de marketing, e exigem avaliações de conscientização de riscos antes que um cliente de varejo possa negociar (Parte K, Capítulo III). Essas regras são aplicadas pela MAS e não conferem, por si só, ao cliente um direito de ação. Um cliente que sofre prejuízo após a violação dessas regras só tem uma pretensão se a violação também constituir inadimplemento contratual, declaração falsa (misrepresentation) ou ilícito civil (tort). O

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Misrepresentation Act 1967 confere o direito à rescisão e a indenização por declaração falsa negligente, que é o caminho usual quando o material de marketing exagerou a segurança de um produto.[3]

Notas

1. Consumer Protection (Fair Trading) Act 2003, ss 4 (práticas desleais), 6 (direito de ação do consumidor) e Second Schedule. ↩
2. Consumer Protection (Fair Trading) Act 2003, s 6, e as Consumer Protection (Fair Trading) (Regulated Financial Products and Services) Regulations. ↩
3. Misrepresentation Act 1967, s 2(1). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com